



## PLR 2011: Nós queremos avanços!

O Sindipetro-SJC iniciará sexta-feira, 15, assembleia com todos os turnos e o administrativo para deliberar a proposta de PLR 2010 da Petrobras. A Federação Nacional dos Petroleiros e o Sindicato indicam a rejeição da proposta.

O que foi apresentado na mesa de negociação pelo RH Corporativo na reunião do dia 6 de junho é uma proposta rebaixada que não deve ser considerada. Não passa de uma ofensa à força produtiva desta multinacional do petróleo, que não para de investir e descobrir novos campos de exploração.

Na tabela abaixo, você pode conferir a evolução dos

dividendos dos acionistas e a redução drástica na PLR 2010 apresentada pela Petrobras.

A companhia está propondo até o nível 457A valor 14,55% menor do que o fechado nas negociações da PLR 2010. Para os trabalhadores situados acima do nível 457A, que tradicionalmente recebem de acordo com o seu posicionamento na tabela salarial, a empresa garante no mínimo 1,54 de uma remuneração normal – proposta também inferior à do ano passado, fechada em 1,96. A relação piso/teto continua no patamar de 2,5 vezes. A empresa propõe valor fixo também abaixo do fechado nas negociações do ano passado.

Com a apresentação formal da proposta da Petrobras, as outras bases começam a se mobilizar e a se somar conosco na Campanha de PLR 2010. A base da Revap já está realizando atividades desde abril. É hora de fortalecer as mobilizações com as outras bases para avançarmos! Sem luta e união, fica fácil para a Petrobras subestimar, desvalorizar e ofender a categoria com propostas e ações esdrúxulas!

O recado para a Petrobras tem que ser claro: queremos avanços na PLR! Não vamos aceitar redução! E a nossa luta é pelo equivalente a 25% do que é repassado aos acionistas!

RESULTADOS		ACIONISTAS		PARA OS TRABALHADORES				25%divid
Ano base	LucLiq	divid	div/LL	PLR	n.EMP(s)	PLR/LL	PLR/divid	
1995	570.349	268.848	0,47	25.911	43.953	4,5%	9,6%	67.212
1996	664.299	360.579	0,54	54.849	41.699	8,3%	15,2%	90.145
1997	1.532.827	381.508	0,25	71.868	38.545	4,7%	18,8%	95.377
1998	1.432.743	577.884	0,40	72.695	39.948	5,1%	12,6%	144.471
1999	1.771.404	881.850	0,50	92.251	37.109	5,2%	10,5%	220.463
2000	10.159.370	2.572.678	0,25	290.000	35.205	2,9%	11,3%	643.170
2001	10.293.890	3.584.143	0,35	380.000	33.657	3,7%	12,1%	896.036
2002	9.803.754	2.761.000	0,28	397.000	32.551	4,0%	14,4%	690.250
2003	17.524.706	5.647.170	0,32	777.051	36.809	4,4%	13,8%	1.411.793
2004	17.754.171	5.044.074	0,28	660.729	37.577	3,7%	13,1%	1.261.019
2005	23.450.082	7.017.843	0,30	846.857	39.330	3,6%	12,1%	1.754.461
2006	26.063.173	7.896.669	0,30	993.000	43.619	3,8%	12,6%	1.974.167
2007	22.028.691	6.580.557	0,30	844.412	49.974	3,8%	12,8%	1.645.139
2008	36.470.000	9.915.000	0,27	1.138.000	51.699	3,1%	11,5%	2.478.750
2009	29.313.000	8.335.000	0,28	1.270.000	55.802	4,3%	15,2%	2.083.750
2010	35.036.000	11.727.664	0,33	1.428.000	57.498	4,1%	12,2%	2.931.916
2011	33.100.699	12.000.937	0,36	1.295.000	58.950	3,9%	10,8%	3.000.234
Varição PLR 2010>2011	-6%	2%	8%	-9%	3%	-4%	-11%	2%

## MPT pede bloqueio de R\$ 1 bilhão da Shell-Basf por contaminação em Paulínea

*Vítimas da contaminação lutam por justiça há 10 anos*

O Ministério Público do Trabalho (MPT) tentou garantir o pagamento em juízo de uma antecipação da Basf e da Shell no valor de R\$ 1 bilhão a título de indenização por danos morais causados à coletividade. A antiga planta industrial da Shell de Paulínea (SP), produtora de agrotóxicos – posteriormente pela Basf – ficou em atividade entre 1974 e 2002, em Paulínea, na região de Campinas.



pagamento do tratamento médico e a indenização de R\$ 20 mil por trabalhador, por ano trabalhado.

O montante de R\$ 1 bilhão é o valor atualizado das condenações de primeira e da segunda instâncias no processo envolvendo as duas empresas. Na ação, o MPT alega que a medida, de antecipação do pagamento, pretendia assegurar a indenização em caso do TST

manter as condenações das empresas, “garantindo, assim, a reversão do valor à sociedade lesada por uma das maiores contaminações ambientais já ocorridas no Brasil”. O MPT também luta pelo aumento de 786 para 1142 o número de pessoas com direito a receber o custeio

prévio de despesas com tratamento de saúde.

A 15ª Vara do Trabalho de Campinas negou o pedido do MPT com relação ao depósito antecipado de indenização porque decidiu que o pagamento deverá ser feito apenas, em caso de condenação, ao final do julgamento em todas as instâncias.

A justiça tem sido desumanamente lenta no julgamento deste processo. A sentença em 3ª e última instância não tem a menor previsão de quando vá ocorrer.

Contudo, confiamos nesta assistência e nessa luta do Ministério Público do Trabalho contra essas gigantes químicas. Nossa solidariedade a todos os trabalhadores e população local vítimas da contaminação, que, todos nós, sabemos, também é um risco na categoria petroleira.

A indústria contaminou o solo e as águas subterrâneas com produtos químicos como o aldrin, endrin e dieldrin, compostos por substâncias cancerígenas. Em 2010, as empresas foram condenadas ao pagamento de indenização por danos morais causados à coletividade. A Justiça também determinou o

## Gás de Mexilhão traz Benzopireno para a Revap

As análises do IBAMA realizadas entre janeiro de 2009 e abril de 2011 que autorizaram o funcionamento da UTGCA (Unidade de Tratamento e Gás de Caraguatatuba) indicam a presença de hidrocarbonetos, principalmente o Benzopireno.

O gás vindo da plataforma de Mexilhão para a

o UTGCA, além do Benzopireno e outras substâncias, gera um condensado que tem 3% em volume de Benzeno. Todas essas substâncias são altamente cancerígenas, que, inclusive, constam da NR 15, e estão diretamente relacionadas à aposentadoria especial.

Desde a plataforma, passando pela UTGCA, TEVAP,

destilação (várias áreas que geram correntes de Naftas) até o Laboratório, que manipula essas amostras, os trabalhadores estão expostos a estas substâncias.

Portanto, a REVAP, a TRANSPETRO etc. têm que reconhecer estas exposições, colocar no PPRA e recolher o GFIP destes profissionais.

**Informe jurídico:** Com relação ao processo em andamento do extra-turno feriado, a justiça determinou que a empresa tem até julho para apresentar os cálculos do que deve ser pago. Com a concordância dos cálculos, passa-se para o processo de execução.

# Exército simula guerra na Revap e em outras unidades da Petrobras

Pra quem tem viva na memória a greve dos petroleiros de 1995, as atividades recentes do exército dentro de unidades da Petrobras não cheira nada bem. Em 1995, FHC tacou o exército pra cima da categoria para acabar com a nossa greve a base do terror da guerra.

Agora, pelo que se apresenta, a Petrobras deve estar se preparando para situação semelhante, pois o exército tem efetuado treinamento em unidades como a Revap, com o apoio e anuência da Gerência do Compartilhado.

De 28 de setembro a 2 de dezembro, o exército ocupou unidades da Petrobras em Camaçari e Pojuca, Bahia, com base em hipotética garantia da ordem. As atividades do exército, inclusive divulgadas

em imagens pela própria empresa, consistiam em combater possíveis movimentos grevistas. De um lado da imagem, aparece o exército armado até os dentes; do outro, manifestantes descamisados com uma única faixa na mão.

Isso é absolutamente inconstitucional e imoral. É a militarização das instalações de uma empresa de economia mista com capital aberto na Bolsa de Valores de Nova York. O que da a entender é que a direção da empresa trama preparar o exército para defender os interesses privados dos acionistas em caso de greve da categoria. A Petrobras e o exército, que se presta ao papel de “leão de chácara/segurança dos lucros dos patrões”, rasgaram a Constituição.

Com esse treinamento nas unidades da Petrobras, o governo coloca o exército para treinar como cão de guarda do capitalismo. E para isso estão se preparando para atacar os petroleiros e tratar a categoria como inimiga de guerra ao estereotipar grevistas e movimentos sociais como criminosos.

É o ápice do absurdo! O governo e a direção da Petrobras enlouqueceram, passam por cima das instituições democráticas para garantir a ordem de produção e o lucro dos acionistas à base de artilharia militar em caso, como eles chamam, “da necessidade de manter a ordem social”.

Eles romperam a ordem social e constitucional. E terão que responder por isso a categoria e ao povo brasileiro.

Foto publicada em material interno da Petrobras



Encenação de situação de emergência em área próxima à UO-BA



# Assédio moral no Laboratório

Abaixo as ameaças e punições de chefias autoritárias e irresponsáveis

A lavagem cerebral do RH Corporativo da Petrobras ou talvez o mero despreparo das chefias setoriais está provocando caos na ambiência da Revap. Agora chegamos ao ponto do Sr. Pedro Garcia assediar moralmente trabalhadores para encobrir as suas falhas ou para posar de ditador do Laboratório.

Não teve competência para gerir uma situação quando o Sindicato realizava atividades. Alguns trabalhadores se readequaram no desempenho de suas funções, já que o próprio chefe do setor e a supervisora não souberam responder sobre a situação específica naquele momento: o atraso de turno nas mobilizações da Campanha da PLR 2011.

Ocorre que depois disso o chefe do setor procurou trabalhadores asperamente para aplicar advertência verbal e ainda fazer ameaça de advertência por escrito por suposta emboiação, o que é um absurdo e um verdadeiro assédio moral. Mas acontece que os trabalhadores ficaram fazendo outras atividades enquanto não havia corte de rendição, como:

atualizar Correio eletrônico, relatório de frequência, leitura de procedimentos e normas etc., o que também passou a ser atribuição do pessoal, apesar de parecer que até hoje o chefe do setor não sabe. Por que será que o chefe do laboratório agiu desta forma? Foi para a arbitrariedade ou isso é orientação de cima?

Esse tipo de assédio ocorre em outros setores também. Nós não vamos aceitar a volta da chibata, do autoritarismo e esse assédio moral gritante. A empresa tem que se tocar que esse tipo de

comportamento da chefia é prática imoral, ilegal e tem que ser abolido do ambiente de trabalho. Ou a orientação pra isso está vindo de cima?

Nós exigimos o cancelamento imediato dessas punições verbais e escritas inconseqüentes sob pena de a

Petrobras responder na justiça e, inclusive, arcar com os danos morais aplicados pelas chefias setoriais. De um jeito ou de outro, a Revap vai ter que resolver esse ataque aos trabalhadores!

Vale lembrar que a Petrobras / Revap, recentemente, correu para fazer acordo com o Ministério Público do Trabalho para não ser penalizada em R\$ 500 milhões por perseguir e discriminar trabalhadores das obras de ampliação da refinaria de São José. E a Revap agora vira a perseguição para os petroleiros. É hora de buscarmos justiça mais uma vez!

